

HABEAS CORPUS Nº 502.296 - SP (2019/0094519-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ADRIANO PROCOPIO DE SOUZA
ADVOGADO : ADRIANO PROCOPIO DE SOUZA - SP0188301
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JORCELINO CARDOSO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JORCELINO CARDOSO, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Segundo consta dos autos, o paciente foi condenado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, tendo pena fixada em 7 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão, além do pagamento de 777 dias-multa.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação que pende de julgamento.

Na presente oportunidade, a defesa alega que há excesso de prazo para o julgamento da Apelação Criminal, pois o paciente encontra-se preso preventivamente desde 21/9/2019, estando os autos conclusos no gabinete do relator há mais de 120 dias.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, para que este possa esperar o julgamento da Apelação Criminal em liberdade.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial visando a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de

urgência.

Isso porque, quanto à alegação de excesso de prazo para o julgamento da Apelação Criminal, vale lembrar que eventual constrangimento ilegal não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, o que não se verifica de plano no caso em exame.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator